

# O PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA DO MÉXICO: UMA PROPOSTA PARA A AMÉRICA LATINA

RÉGIO MARCIO TOESCA GIMENES

*Diretor da FACEU/FIAPEC  
Docente da FIAPEC*

## RESUMO

O México passa a viver uma crise semelhante às dos demais países latino-americanos, onde a crise cambial com inflação fazem parceria com a desarticulação e estagnação do crescimento econômico. Em 1987, nasce um ambicioso programa de estabilização da economia, que incluía a cooperação do setor privado e dos trabalhadores, juntamente com o governo. Esse programa foi estruturado em torno dos seguintes tópicos: ajuste do setor público, ajuste do setor externo, pacto de solidariedade econômica. A análise dessas medidas pode sugerir uma reflexão a respeito do Brasil, na busca de solução para a crise.

## ABSTRACT

Mexico is going through a crisis similar to that in the other Latin-american countries where the currency crisis and inflation follow disarticulation and stagnation of the economic growth. In 1987, an ambitious program for the stabilization of Economy was born and planned to have the cooperation of the private sector and workers together with the government. This program was structured on the following bases: adjustment of the public sector, adjustment of the external sector and agreement on an economic cooperation. The analysis of such plans may provide a consideration about Brazil in search of a solution for the crisis.

## "O PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA DO MÉXICO: UMA PROPOSTA PARA A AMÉRICA LATINA".

O modelo de desenvolvimento mexicano é muito semelhante ao modelo das demais economias latino-americanas, em função de estarem estruturadas na substituição de importações, com financiamentos oriundos de poupança externa, principalmente na década de 70.

Ao longo dos anos, a economia mexicana foi acumulando uma considerável quantidade de peso morto econômico, ou seja, conseguiu produzir uma enorme série de interferências no mercado, dificultando o seu adequado funcionamento.

A iniciativa privada era cercada por toda sorte de licenças, burocracias, monopólios estatais e privados e modificações constantes das regras do jogo, fazendo com que os preços fornecessem uma sinalização errônea.

Os gastos do governo eram altamente deficitários e ineficientes, sendo que, até 1982, ano do colapso do sistema financeiro internacional, o governo mexicano adotava uma política fiscal altamente expansionista.

A dívida pública total dobrou em relação ao tamanho da economia: em apenas 10 anos ela passou de 24,3% do PNB, em 1972, para 52,3% em 1982.

A descoberta de campos de petróleo com enorme potencialidade de produção e rentabilidade, produziu um equilíbrio temporário nas contas públicas em 1977, mas o mesmo fato, por outro lado, provocou o ressurgimento da postura

expansionista crônica, culminando em 1982 com déficits incontroláveis e uma dívida externa de US\$ 92,4 bilhões.

Paradoxalmente, os recursos gerados pelo "boom" do petróleo levaram a este desfecho na medida em que criaram a ilusão de que a política fiscal expansionista e o crescente endividamento externo eram inofensivos no curto prazo, diante de riquezas naturais tão expressivas.

Em síntese, pode-se afirmar, que o México passa a viver uma crise semelhante as dos demais países latino americanos, onde a crise cambial com inflação, fazem parceria com a desarticulação e estagnação do crescimento econômico.

A queda nos preços do petróleo e a desconfiança por parte da população mexicana em uma política econômica ineficaz, que só produziu recessão e queda nos salários reais, acabaram conduzindo o país a uma situação política extremamente delicada em fins de 1987.

Nasce neste momento, um ambicioso programa de estabilização da economia, onde o setor privado e os trabalhadores foram convidados para cooperar com o governo na busca de uma solução urgente para a crise mexicana.

O programa de estabilização da economia mexicana foi estruturado em função dos seguintes pontos:

### 1) AJUSTE DO SETOR PÚBLICO

As medidas de ajuste no setor público devem ser entendidas

dentro de um contexto bastante abrangente, onde se discutiu primeiramente, o verdadeiro e ideal papel do Estado na Economia.

A partir desta análise procurou-se cortar drasticamente investimentos estatais que não estavam de acordo com as novas diretrizes da política econômica emergente.

De acordo com esta nova diretriz, o governo dá início a um ambicioso programa de redução de despesas, conseguindo reduzir drasticamente o número de funcionários públicos, bem como, cortando qualquer tipo de subsídios (com exceção do setor agropecuário) aos investimentos privados.

Em razão da privatização de estatais ineficientes e deficitárias, o governo consegue uma redução apreciável no volume de recursos transferidos para estas empresas, gerando em contra partida, um acréscimo substancial no pagamento de impostos provenientes destas empresas aos cofres públicos.

O processo de privatização injetou na economia US\$ 32,7 bilhões, ou seja, uma redução de 12% na dívida interna mexicana.

O número de estatais caiu de 1155 para apenas 124 em 1991.

Diante deste resultado o Governo Mexicano concentrou seus esforços no aumento dos seus dispêndios ao setor social, por intermédio do programa de solidariedade do governo Salinas, estendendo-se esta ajuda particularmente aos mais carentes.

Pelo lado da receita, o governo conseguiu elevar os preços do setor público a níveis internacionais. Os preços da energia elétrica, por exemplo, tiveram aumento de mais de 100% em termos reais. As taxas de pedágio e de embarque em aeroportos foram elevados em 300%.

A receita tributária cresceu aceleradamente, mesmo tendo-se no mesmo período, uma redução

de muitas das alíquotas.

## II) AJUSTE DO SETOR EXTERNO

A economia mexicana em 1978 enfrentou uma brutal recessão, tendo como causa principal, a transferência líquida de recursos para o exterior.

Entre 1983 e 1988, estas transferências representavam 6% do PIB, sendo que em período posterior, a dívida externa atingiu US\$ 100,4 bilhões, ou seja, 57% de tudo o que o país produziu naquele ano.

Para buscar a solução de tão grave estrangulamento, procurou-se negociar com as instituições financeiras internacionais.

Com o FMI conseguiu-se a injeção de recursos de US\$ 4,135 bilhões durante três anos, prolongável por mais de um ano à escolha do México.

O Banco Mundial concordou em fornecer uma média de US\$ 2,0 bilhões por ano para o período de 1990 à 1992, com a finalidade de ajudar a estabilização da economia mexicana.

Com o Clube de Paris foi possível o reescalonamento do principal e juros a vencer entre 1989 e 1992, num total de US\$ 2,6 bilhões.

O Governo do Japão ofereceu ajuda financeira de US\$ 2,05 bilhões, contribuindo em um pacote de redução da dívida com os bancos comerciais.

O resultado do acordo com os credores internacionais significou uma economia de cerca de 9% do PIB em pagamento de juros, além de apreciável volume de recursos injetados no processo produtivo.

Além de ter solucionado o problema relativo a liquidez das contas mexicanas, o ajuste do setor externo propiciou uma reversão das expectativas, resultando numa imediata queda das taxas de juros reais.

Sem dúvida, o ajuste do setor externo, pode ser apontado como

um elemento chave no processo de estabilização.

## III) PACTO DE SOLIDARIEDADE ECONÔMICA

Para conter o processo inflacionário, foi negociado o pacto de solidariedade econômica entre empresários, trabalhadores e governo.

A composição da equipe econômica que liderou o pacto foi formada por um grande número de jovens, mas experientes economistas, que possuíam uma característica notável, qual seja, o compartilhar das mesmas idéias e pontos de vista a respeito das questões políticas básicas, como a liberalização do Comércio; a redução proporcional do setor público; a privatização; a desregulamentação dos mercados; o controle orçamentário e a estabilidade da taxa de câmbio.

Inicialmente foi criada a "Comissão de Supervisão do Pacto" (CSP), composta por líderes sindicais, líderes camponeses e pelos presidentes das confederações do setor privado. A comissão reunia-se semanalmente com os Ministros do Trabalho, do Orçamento, do Tesouro e do Comércio, além do Presidente do Banco Central, para discutir todas as decisões governamentais concernentes à política econômica de estabilização de preços.

Os salários seriam reajustados mensalmente com base na evolução dos preços de uma cesta básica, e os preços seriam controlados pelo governo que para evitar movimentos especulativos poderia adotar uma política ativa de abastecimento impedindo a escassez e o racionamento.

Para que o congelamento da cesta básica não ocasionasse possíveis problemas de abastecimento, o governo utilizou a importação de bens de consumo, principalmente

os não-duráveis.

Apesar do pacto ter sido estruturado em função da indexação mensal dos salários, ela não se efetivou na realidade, tendo em vista que sempre ocorreu a negociação do prolongamento do controle dos preços-chave; não ocorrendo importantes reajustes de tarifas, preços, salários, câmbio e, portanto, nenhuma recomposição de perdas ocorridas durante o ano. Este fato foi bastante importante para reverter o processo de aceleração inflacionária.

Além do ajuste no setor público e externo, o Governo Mexicano concentrou os esforços de crescimento econômico no

investimento privado e, para tanto, adotou uma série de medidas para reduzir as regulamentações excessivas, que outrora sufocavam as transações econômicas. Um número considerável de amarras foi e estão sendo cortadas, produzindo como resposta um imediato aumento dos níveis de produção da indústria nacional.

As exportações de produtos que não-petróleo em 1991 atingiram quatro vezes seu nível de 1982. O investimento privado, cuja maior parte está diretamente ligado às exportações, tem crescido à taxas reais de 15% ao ano.

A finalidade básica deste artigo é propiciar a análise das medidas de

política econômica adotada pelo governo mexicano e que conduziram o país a tão esperada estabilidade econômica.

É importante ressaltar que no México, o pacto de preços e salários só foi negociado depois que o governo eficazmente ajustou as contas do setor público, tanto interna como externamente.

Curiosamente, no Brasil, as experiências em política econômica que buscam a estabilidade, começam sempre pela política de rendas, deixando a política fiscal para uma etapa subsequente.

Relembrando o velho ditado: "Faça o que eu mando, mas não faça o que eu faço".